

Gustavo de Faria *Congresso* não passa de quinta

O presidente da Câmara dos Deputados, Paes de Andrade (PMDB-CE), recebe amanhã o relatório final da auditoria que solicitou ao Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Congressistas e só então, com base neste documento, dará andamento do processo de punição ao deputado Gustavo de Faria (PMDB-RJ), ex-presidente do IPC. Segundo o vice-presidente da Casa, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), a Mesa só está aguardando o resultado da auditoria para encaminhar imediatamente a matéria à Comissão de Constituição e Justiça. Ele não confirmou, no entanto, se o mandato de Faria será suspenso, para que ele responda às acusações de irregularidades sem se valer da imunidade parlamentar, mas garantiu que qualquer decisão depende do voto do plenário.

A diretoria do IPC, através de seu consultor jurídico Raimundo Urbano, já estuda a possibilidade de contratar um advogado especializado em mercado de capital, de preferência familiarizado com a praça de Brasília, para recuperar os prejuízos das operações irregulares da gestão de

Faria. O presidente do Instituto, senador Rui Bacelar (PMDB-BA), reconhece que houve irregularidades nas transações efetuadas por Gustavo de Faria e que elas foram lesivas ao patrimônio do IPC. Quer agora ressarcir o órgão pelo menos dos 221 por cento de diferença registrados na compra e venda de debêntures do instituto em 29 de dezembro último. Em um único dia, através de vários intermediários, o IPC vendeu estes papéis por Cz\$ 1,3 bilhão e os comprou por Cz\$ 4,4 bilhões.

Tanto as decisões políticas quanto as administrativas sobre Gustavo de Faria dependem do relatório que será entregue amanhã. Com base neste documento, o deputado Paes de Andrade pode requerer a imediata análise do caso, que pode levar à cassação do mandato de Faria por falta de decoro parlamentar. O Conselho de Ética do PMDB também poderá solicitar cópia do relatório e trabalhar sobre ele no sentido de expulsar o parlamentar do partido. Da mesma forma, o IPC deverá basear sua tentativa de ressarcimento dos prejuízos nos resultados apresentados pelo relatório.

07 JUN 1989

CORREIO BRAZILIENSE